

POSSE NOVOS JUÍZES PRONUNCIAMENTO

29 DE AGOSTO DE 2019

NELSON MISSIAS DE MORAIS

[CUMPRIMENTOS.]

Prezadas e prezados colegas magistradas e magistrados, que hoje se incorporam de maneira definitiva ao Poder Judiciário.

Vocês chegam aqui não apenas para o exercício de uma profissão, mas para o desempenho de uma missão, verdadeiramente um sacerdócio, que tem como meta final contemplar as necessidades dos 21,6 milhões de cidadãos distribuídos pelas Minas e pelos Gerais, cada um com características próprias, muito peculiares e

distintas entre si, mas todos merecedores da nossa maior atenção.

Sejam bem-vindos.

Foram poucas as vezes que o nosso Tribunal recebeu ao mesmo tempo sete dezenas de juízas e juízes, como ocorre hoje. Sinto-me honrado por ter tido a sorte de ser o anfitrião de vocês, em um momento que não é certamente dos mais tranquilos de nosso país, em Minas Gerais inclusive, particularmente para o Poder Judiciário, que se vê no foco de um jogo de forças e contraforças, algumas delas sedentas para nos enfraquecer.

Temos empreendido todos os esforços possíveis e imagináveis para garantir nossa autonomia e independência enquanto Poder, resistindo às crises econômica e social que

nos afligem e as quais só superaremos se reagirmos de forma solidária, compartilhada e responsável.

Temos feito isto no Tribunal, graças principalmente ao trabalho compartilhado de toda a direção, aqui presente [citar: Afrânio Vilela, Áurea Brasil, Mariângela Meyer], bem como da Corregedoria Geral, sob a liderança do querido amigo Saldanha da Fonseca, e a adesão de todos os desembargadores e do corpo de juízes.

Permitam-me fazer menção especial à querida colega desembargadora Áurea Brasil, pela maneira exemplar com que conduziu o concurso que agora chega ao seu final, por intermédio da Escola Judicial Edésio Fernandes. Todos sabemos como são grandes e diversas as dificuldades e

implicações que envolvem concursos dessa monta e a liderança da desembargadora foi fundamental para que este certame fosse concluído com êxito. Aliás, isto não é novidade para quem a conhece bem e sabe do desempenho que tem como magistrada e que vem demonstrando na segunda vice-presidência do nosso Tribunal. Muito obrigado, cara Áurea.

Sinto-me honrado de ser o anfitrião desta turma porque acredito que vocês compõem um grupo seletivo, preparado para enfrentar tanto os desafios de seu dia-a-dia, que serão muitos, quanto para estarem atentos e vigilantes para se somarem a nós nesse esforço de resistência e de preservação da autonomia, diante do quadro de ameaças que paira sobre o Poder.

Ao me preparar para esta solenidade, pensei em lhes dirigir uma oração, não no sentido religioso, mas como forma de desfiar algumas crenças que tenho acumulado ao longo da vida, seja no próprio exercício da magistratura, seja na militância de cidadão.

Revisitei, então, a icônica “Oração aos moços”, de Ruy Barbosa, e confesso a vocês que nem mesmo a minha velha militância no magistério e em diversas frentes do Judiciário foi capaz de evitar que eu me surpreendesse com a atualidade desse documento, escrito há quase um século, em março de 1921.

Não me surpreendeu, entretanto, a grande afinidade que redescobri entre o que escreveu o notável jurista baiano, patrimônio

brasileiro, e o que temos pensado, dito e escrito, particularmente no que diz respeito à magistratura.

Permitam-me, portanto, o uso de algumas citações.

Começo pelo que disse Ruy Barbosa sobre a escolha que vocês fizeram pela carreira de juiz.

Abro aspas:

“Elegeis a mais eminente das profissões a que um homem se pode entregar neste mundo. Moços! Se vos ides medir com o direito e o crime na cadeira de juízes, começai esquadrinhando as exigências aparentemente menos altas dos vossos cargos e proponde-vos caprichar nelas com dobrado rigor; porque, para sermos fiéis no muito, o devemos ser no pouco.”

Não devemos passar nossa vida à espera do grande feito, da grande e rebuscada sentença – digo eu – mas temos que estar atentos a cada caso, por menor que seja, que nos caia sobre a mesa de julgador. O homem comum, o cidadão deserdado da sorte é o que mais precisa da Justiça, precisa que a justiça seja capaz de corrigir distorções e, na medida do possível, buscar o equilíbrio e a paz social.

Volto ao Ruy, de novo com aspas:

“[...] se a sociedade não pode igualar os que a natureza criou desiguais, cada um, nos limites da sua energia moral, pode reagir sobre as desigualdades nativas.”

E mais, disse ele e digo eu, *“o direito dos mais miseráveis dos homens, o direito do*

mendigo, do escravo, do criminoso, não é menos sagrado, perante a justiça, que o do mais alto dos poderes. Antes, com os mais miseráveis é que a justiça deve ser mais atenta, e redobrar de escrúpulo; porque são os mais mal defendidos, os que suscitam menos interesse, e os contra cujo direito conspiram a inferioridade na condição com a míngua nos recursos.”

Temos sim responsabilidades sociais com a desigualdade que permanece entre nós e jamais poderemos nos afastar delas. Estejam atentos, portanto, meus caros, a mais esta lição ‘barbosiana’.

Outra advertência da “Oração aos moços” que ouse repetir é a de que nós nos consagramos a leis que nem sempre exprimem, abro aspas, “o consentimento da maioria, onde são as minorias, as oligarquias

mais acanhadas, mais impopulares e menos respeitáveis, as que põem, e dispõem, as que mandam, e desmandam em tudo”.

Lembrem-se, nesse caso, que, ainda conforme a lição, *“a execução corrige, ou atenua, muitas vezes, a legislação de má nota”.*

Não temos, é claro, o poder de afrontar ou modificar a lei, mas temos que ter a sabedoria de interpretá-la, em observância ao artigo 5º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que assevera que na aplicação da lei o juiz *“atenderá aos fins sociais a que ela se dirige”*, e assim, invocando mais uma vez Ruy Barbosa, saber *“escoimar as leis da impureza, dureza e maldade que encerrarem”.*

Perdoem-me o tom talvez professoral, mas não resisto a lhes repetir mais duas ou três lições de Ruy Barbosa.

A primeira diz respeito à celeridade dos processos. A respeito, ele escreveu: *“Não seiais desses magistrados nas mãos de quem os autos penam como as almas do purgatório, ou arrastam sonos esquecidos como as preguiças do mato.”*

Outra de suas lições foi sobre a arrogância: *“Não acompanheis os que, no pretório, ou no júri, se convertem de julgadores em verdugos, torturando o réu com severidades inoportunas, descabidas, ou indecentes; como se todos os acusados não tivessem direito à proteção dos seus juízes.”*

Vejam, minhas caras juízas e caros juízes, o que disse Ruy Barbosa cem anos atrás: “os

acusados têm direito à proteção dos seus juízes”. Ao contrário disto, temos visto com mais frequência do que seria desejável a ocorrência de situações em que magistrados se aliam a uma das partes não para garantir julgamento imparcial e isento, mas para agir como verdugo, para usar mais uma vez a expressão ‘barbosiana’, que acrescentou em sua oração o seguinte trecho, que transcrevo integralmente:

“Não estejais com os que agravam o rigor das leis, para se acreditar com o nome de austeros e ilibados. Porque não há nada menos nobre e aplausível que agenciar uma reputação malignamente obtida em prejuízo da verdadeira inteligência dos textos legais.”

E por último, meus caros novos magistrados, atentem para estes recados pontuais da

“Oração aos Moços”, que bem poderia ser intitulada “Oração aos novos juízes”:

“Não cortejeis a popularidade.”

“Não transijais com as conveniências.”

“Não tenhais negócios em secretarias.”

“Não delibereis por conselheiros, ou assessores. Não prescindais, em suma, do conhecimento próprio, sempre que a prova terminante vos esteja ao alcance da vista, e se ofereça à verificação imediata do tribunal.”

Vejam bem, minhas prezadas juízas e meus prezados juízes, que abri mão de ser absolutamente original nesta minha oração de boas vindas, para reafirmar teses de cem anos atrás e que, no entanto, parecem terem sido defendidas ainda na semana passada,

tamanha é a atualidade com o momento que vivemos.

Minha intenção, deliberada, foi a de realçar perante todos vocês, que ingressam agora na carreira da magistratura, que é essencial preservamos sempre o Estado de Direito, seja na nossa missão profissional, seja na nossa vida de cidadãos, da qual não nos afastamos.

Vocês agora são juízes, mas não deixam de ser cidadãos. Preservem sua cidadania, mas agreguem a ela um componente a mais, que são os dogmas que nossa missão exige.

Não nos cabe, na magistratura, por exemplo, o protagonismo midiático fácil, que hoje vem com a rapidez da internet, por meio da má utilização das redes sociais. Sejam parcimoniosos na utilização dessas redes e

não se deixem jamais contaminar pela falsa realidade que elas projetam, quase criando ali um 'reality show', que sempre imita a vida real, mas sempre também está muito distante dela.

Preservem o bom senso e o equilíbrio o quanto puderem e afastem-se do senso comum, que é mero indutor a mergulhos na obscuridade, de modo especial nesses tempos amplamente conspurcados pelas 'fake news'. Precavei-vos delas e, assim, protejam aqueles que estiverem sob seu jugo. Todos são cidadãos, exatamente como vocês.

Não prejudquem, pois por trás de cada processo que examinarem existe uma pessoa, homem ou mulher, que tem uma vida, uma família, uma pessoa amada. Não podemos impor a essa pessoa, sem

conhecer sua verdade, sofrimentos desnecessários e injustos.

Para que vocês se lembrem sempre disso, deixo-lhes, para finalizar, pequeno trecho do poema “Estatuto do homem”, do poeta amazonense Thiago de Melo:

***“Que o homem confiará no homem
como a palmeira confia no vento,
como o vento confia no ar,
como o ar confia no campo azul do céu.***

Parágrafo Único:

O homem confiará no homem como um menino confia em outro menino.”

Muito obrigado a todos.